

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
GRUPO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS – GPJ
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
ANO 2024



1. APRESENTAÇÃO

O Grupo de Pesquisas Judiciárias – GPJ foi instituído, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, pela Portaria nº 608, de 16 de agosto de 2022, em cumprimento à Resolução CNJ nº 462/22. Em 22 de julho de 2024 foi publicada a Portaria TRE-BA nº 723/2024 com a atual composição do Grupo no Regional, uma vez que alguns membros anteriores mudaram a lotação e foi necessário refletir essas alterações no normativo interno.

2. PLANEJADO

Em janeiro de 2024, o GPJ se reuniu para deliberar sobre o planejamento das atividades para o exercício de 2024, restando, de início, mantida a programação para a realização de reuniões mensais.

Nesse contexto, planejou-se a realização das seguintes atividades:

- Capacitação de seus membros, mediante curso em pesquisa judiciária visando a ampliação do conhecimento e a melhora no desempenho dos integrantes no desenvolvimento das atribuições correlatas ao GPJ;
- Pesquisa sobre os “Aspectos Relevantes sobre o Acervo dos Processos Antigos”, com o objetivo de investigar e detalhar as classes processuais e os fatores que contribuem para um longo tempo de tramitação processual;
- Estudo sobre Índices de Comparecimento e Abstenção nas Eleições ocorridas entre 2012 e 2022, tendo por finalidade identificação dos índices de comparecimento e abstenção de acordo com a eleição realizada: Geral ou Municipal;
- Webconferência com Painel de atualização dos indicadores estratégicos, metas nacionais, PJe e TPU, para aprimorar o conhecimento dos servidores nas temáticas propostas;





- Acompanhamento dos dados estatísticos processuais do 1º e do 2º Graus (indicadores estratégicos, Datajud, Metas Nacionais e Prêmio CNJ de Qualidade).

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS AÇÕES PLANEJADAS

Preliminarmente, deve-se registrar o aprendizado do Grupo no tocante ao desenvolvimento de suas atribuições em ano eleitoral. Por ser um Grupo que iniciou de fato suas atividades em 2023, seus membros não tinham passado, ainda, pela experiência de ter que compatibilizar as atribuições do GPJ com as atividades regulares de seus cargos e funções, notadamente exacerbadas de ano eleitoral.

Em reunião realizada em 23/01/25 para análise do ano de 2024 e planejamento das ações para 2025, os membros constataram que os planos anuais deverão prever quantidade de ações mais compatíveis com a realidade eleitoral. Nesse sentido, será previsto número menor de ações para os anos eleitorais, o que não ocorreu, inadvertidamente, em 2024.

Dito isso, informamos que não foi possível executar uma capacitação específica pelo Tribunal, a exemplo do que havia ocorrido em 2023 em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral, mas há de se ressaltar a realização, pelo CNJ, de diversos Seminários de Pesquisas Empíricas aplicadas a Políticas Judiciárias no ano de 2024, com temáticas diversas, tendo os membros do GPJ participado de vários deles ao longo do ano.

O Estudo sobre os índices de comparecimento e abstenção nas eleições de 2012 a 2022 foi iniciado, com a devida coleta de dados e elaboração da representação gráfica, porém, optou-se por finalizá-lo em 2025 em função da necessidade de ajustes na temática (delimitando o objetivo da pesquisa para os índices específicos junto ao eleitorado com deficiência), bem como no período de medição, uma vez que em 2025 já teríamos os dados completos das eleições de 2024 para acrescentar ao ciclo.





Em 2024 o Tribunal manteve programação de encontros, webinários, cursos e seminários voltados para a preparação dos servidores para o pleito eleitoral. Diante da agenda sobrecarregada dos colegas, não foi possível repetir a realização de uma Webconferência com painel de atualização dos indicadores estratégicos, metas nacionais, PJe e TPU, a exemplo do ocorrido em 2023.

Em que pese a dificuldade de compatibilizar as agendas dos membros do Grupo para viabilização das reuniões, ao longo de 2024 foram realizadas 8 (oito) reuniões que direcionaram os trabalhos e orientaram a pesquisa apresentada em 2024, bem como as demais atividades previstas. Assim, embora tenham sido programadas reuniões mensais, nas reuniões realizadas foi possível acompanhar e discutir os dados referentes aos indicadores estratégicos, processuais, as metas nacionais e demais sistemas estatísticos internos e do CNJ, além da Pesquisa sobre os Aspectos Relevantes sobre o Acervo dos Processos Antigos.

Nos primeiros meses do exercício de 2024 foi preparada a base para a realização de Pesquisa sobre os “Aspectos Relevantes sobre o Acervo dos Processos Antigos no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia”. Inicialmente foram levantadas relações processuais com as respectivas quantidades de ações das classes que apresentam maior histórico de longa duração processual, a exemplo das ações penais, cumprimentos de sentença, ações de impugnação de mandato eletivo, ações de investigação judicial eleitoral, dentre outras. Com base nessa primeira avaliação foi possível filtrar e delimitar o objeto da pesquisa para as duas classes com maior representatividade da relação processual fornecida pelo Banco de Dados deste Regional, quais sejam, a ação penal e o cumprimento de sentença. Uma vez selecionadas as classes mais representativas para o objetivo do estudo houve uma divisão entre os membros do GPJ para a realização da segunda fase do trabalho, que consistiu na análise individual dos autos com a devida compilação em planilhas com indicadores previamente definidos pelo Grupo. A partir destas planilhas foram elaborados gráficos específicos para representação dos dados obtidos a partir de tal análise. Posteriormente, foram extraídos dados sobre indicadores processuais de ambas as classes, a partir do Painel de Estatísticas do Poder Judiciário com vistas a compreender, sobretudo, o comportamento





das classes no tocante à tramitação dos feitos e projetar tendências de crescimento ou redução de seus respectivos estoques. O resultado da pesquisa foi apresentado no SEI n. 0027652-64.2024.6.05.8000 para a Presidência da Corte com sugestão de remessa para diversas Secretarias. Concomitantemente, será publicado na página do GPJ no sítio eletrônico do Órgão e divulgado através de matéria da Assessoria de Comunicação para todos os servidores deste Regional.

